

COMBUSTÍVEIS

No novo formato, cálculo será atrelado à quantidade do produto e considerará preço médio dos últimos 2 anos. Cerca de 7% da gasolina consumida entre janeiro e junho foi importada

Projeto que muda cobrança de ICMS passa na Câmara

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de ontem, por 392 votos a favor e 71 contra, o projeto de lei complementar (PLP) 11/2021 que altera a forma da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis. O texto estabelece que o cálculo do imposto estadual será atrelado à quantidade do produto e levará em conta o preço médio dos últimos dois anos. Atualmente, o cálculo da incidência de ICMS é revisado a cada 15 dias.

A proposta é uma tentativa de frear os frequentes aumentos dos combustíveis e do gás de cozinha, que tem pressionado o bolso dos consumidores e forçado a inflação para cima. A desvalorização do real frente ao dólar e o aumento do preço do barril de petróleo são as principais causas dos reajustes da Petrobras. Aproximadamente 7% da gasolina consumida no país, entre janeiro e junho deste ano, foi importada.

O modelo aprovado é diferente do que era defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira

(PP-AL), há algumas semanas, por meio do PLP 16/21, que previa a unificação das alíquotas sobre combustíveis em todo o país. Esse e outros projetos foram apensados ao PLP 11/21. A expectativa de Lira é que o preço da gasolina caia 8% com o projeto. Já o etanol e o diesel devem reduzir de preço, segundo ele, 7% e 3,7%, respectivamente.

Pelo texto aprovado, a cobrança de ICMS passará a ter um valor fixo por litro — a exemplo de impostos federais PIS, Cofins e Cide. O modelo substituirá a cobrança atual sobre um percentual incidente no valor o preço de venda — por isso é que, quando a Petrobras aumenta o valor cobrado do combustível, a arrecadação dos estados também cresce, mesmo que as alíquotas permaneçam inalteradas.

O ICMS sobre gasolina varia hoje de 25% a 34% — por exemplo, em São Paulo é de 25% e, no Rio de Janeiro, de 34%. Sobre o diesel, as alíquotas variam de 12% a 25%, enquanto que sobre o etanol é de 12% a 30%, e de 12% a 25% sobre o gás de cozinha.

No Plenário, a oposição defendeu que a medida não resolve o



é quanto o Conesfaz calcula que as unidades da Federação perderão em arrecadação

problema, que é causado pela política de preços com paridade internacional da Petrobras — acompanha a alta do dólar e do barril de petróleo. Eles argumentaram que o ICMS não teve aumento de alíquota nos últimos 12 meses, mas, mesmo assim, os combustíveis ficaram mais caros. Apesar das críticas, o PT orientou favoravelmente. Já o PSol, que também criticou o projeto, liberou a bancada.

O relator da proposta, deputado Dr. Jaziel (PL-CE), disse, após a

leitura de seu parecer favorável à proposta, que entende que a oscilação do preço do barril de petróleo e a flutuação do dólar são os principais responsáveis pela alta, mas afirmou que o ICMS “pesa muito” no preço final. Portanto, “cada um tem que dar a sua parcela de contribuição”, referindo-se aos estados.

Ele garantiu, também, que os estados não perderão arrecadação. “Os preços atuais estão sendo calculados no máximo com a flutuação do dólar. Se tiver que perder é uma perda pequena e vale a pena perder já que o povo não tem de onde tirar. Aqui é um investimento, é a sensibilidade dos governadores junto com o seu povo”, argumentou.

Isso, no entanto, vai contra o que diz o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Conesfaz). O parecer ao PLP 11/21, segundo a entidade, desfalca em R\$ 24 bilhões as finanças estaduais. Segundo Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis-DF, “GDF perderá R\$ 600 milhões por ano em arrecadação e gasolina poderá baixar até R\$ 0,60 por litro”.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.dfgabr.com.br



Escorregão na pauta ética

Autor da Proposta de Emenda à Constituição 005-a, de 2021, que trata da composição do Conselho Nacional do Ministério Público, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) atravessou a rua para escorregar numa casca de banana. O pior é que pode arrastar na queda o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar da zona de conforto em que se encontra nas pesquisas de opinião. Se tem uma coisa que ainda pode atrapalhar a volta do PT ao poder, na garupa de Lula, é a pauta ética, um cavalo encilhado para levar ao segundo turno um candidato de centro, uma vez que essa bandeira saiu das mãos do presidente Jair Bolsonaro e está ao léu.

O CNMP é o órgão responsável por julgar procuradores e promotores. Nos últimos anos, por causa da Operação Lava-Jato, foi cenário de embates entre os procuradores da força-tarefa de Curitiba e os “garantistas” do mundo jurídico, uma ampla frente de advogados, juristas, magistrados e até procuradores preocupados com os dribles a mais dos chamados “tenentes de toga”, na expressão do cientista político Luiz Werneck Vianna. Chefe da força-tarefa de Curitiba e líder lavajatista, ao lado do então juiz federal Sergio Moro, Deltan Dallagnol chegou a ser punido com pena de censura por ter feito um post dizendo, antes das eleições para a Presidência do Senado, em 2019, que se Renan Calheiros vencesse a disputa, dificilmente o Brasil veria a aprovação de uma reforma contra a corrupção.

“Muitos senadores podem votar nele escondido, mas não tem (sic) coragem de votar na luz do dia”, afirmou, no auge do apoio popular à Lava-Jato. Deltan também foi condenado a indenizar o senador alagoano, que hoje é o relator da CPI da Covid, em R\$ 40 mil. Antes disso, já havia sido punido com uma advertência por ter criticado ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, o processo administrativo disciplinar de Deltan, pelo controverso PowerPoint de apresentação de denúncia que colocava o ex-presidente Lula

no centro de uma organização criminosa, foi adiado 42 vezes antes de ser julgado e acabou prescrevendo.

A proposta aprovada pela comissão especial da Câmara propõe a redistribuição de vagas do CNMP. A Câmara e o Senado passarão a indicar quatro conselheiros, sendo um deles o vice-presidente, e outro, o corregedor. Outro ponto polêmico do texto permite que membros do conselho revisem atos funcionais de procuradores e promotores. Hoje, os membros do Ministério Público podem ser punidos pelo órgão, mas seus atos só podem ser modificados por decisão judicial. Na composição atual, o MP tem oito de 14 membros na corte — três membros do MP dos estados, quatro do MP da União e o procurador-geral da República, que preside o CNMP.

Pacto perverso

O projeto pôs em pé de guerra os “tenentes de toga”. Na sexta-feira, oito subprocuradores-gerais da República divulgaram manifesto contra a PEC, caracterizada como um “sombrio instrumento de opressão e intimidação de seus membros”. Ontem, foram realizadas manifestações em todo o país. Mais de 3 mil integrantes do Ministério Público assinaram documento que pede a rejeição integral da emenda à Constituição.

“A proposta de assento aos próprios ministros dos tribunais superiores no Conselho Nacional do Ministério Público desvirtua as funções dos ministros de tais tribunais, pois a eles confere ‘superpoderes’ de atuação natural jurisdicional nas cortes em que atuam, de conselheiros no CNJ e também no CNMP, em evidente desequilíbrio do sistema de justiça, com violação do sistema de freios e contrapesos (checks and balances) previsto pelo Poder Originário Constituinte”, afirmam.

Reduzir o poder dos procuradores e contingenciar a autonomia do Ministério Público é um sonho de consumo dos políticos enrolados na Justiça. Está em linha com as recentes mudanças na legislação sobre improbidade administrativa, patrocinada pelo Centrão, sob a liderança do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL). Sua aliança com o PT na agenda contra a Lava-Jato foi uma jogada de mestre. Eleitoralmente, porém, com o perdão do trocadilho, esse pacto perverso pode ser uma roubada.

CPI DA COVID

Divulgação/Governo do Estado de São Paulo



Carvalho assegurou que pediu adiamento da conclusão sobre o kit covid para tornar o relatório ainda mais completo e negou interferência política

Kit covid: médico pode levar alteração ao Senado

» CRISTIANE NOBERTO

Coordenador dos estudos sobre o kit covid na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde (Conitec), o médico Carlos Carvalho deverá apresentar a alteração do relatório sobre as diretrizes de medicamentos contra o coronavírus no dia de seu depoimento à CPI da Covid, na próxima segunda-feira (18). Essa é a expectativa do senador Humberto Costa (PT-PE), pois, segundo ele, o pneumologista afirmou a ele e ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que levará as novas conclusões para a sessão da comissão de inquérito antes mesmo de submetê-la ao colegiado do Ministério da Saúde.

“Pelo que ele (Carvalho) nos falou, esse relatório já está, na prática, pronto. O único motivo de adiar a análise na Conatec é que ele quis incluir dados mais recentes no relatório. Ele também nos disse, com todas as palavras, que não há qualquer interferência (política) no relatório e que ele ia apresentar antecipadamente para a CPI, durante seu

» Deputado pede ao TCU que investigue o CFM

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), ex-ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff e que hoje integra a Comissão Externa da Câmara que discute ações de combate ao coronavírus, pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que investigue a conduta do presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Luiz de Brito Ribeiro, com relação ao parecer do órgão sobre o chamado “tratamento precoce” contra a covid-19. No pedido de investigação apresentado ao TCU, Padilha cita vídeo que circula nas redes sociais em que Ribeiro diz que não há “evidência científica” sobre a eficácia da cloroquina no tratamento da covid-19 e afirma: “Mas nós, numa decisão bastante fora das nossas normas, acabamos liberando o uso de hidroxiclóricoquina”. No mesmo vídeo, que ganhou repercussão no final da semana passada, Ribeiro fez críticas à gestão Dilma e indicou alinhamento ao governo Bolsonaro.

depoimento”, garantiu o senador.

Na manhã de ontem, Carvalho concedeu entrevista à GloboNews, na qual assegurou ter sido ele quem pediu a retirada do relatório sobre o kit covid da pauta na Conitec. De acordo com o médico, o adiamento se deu em razão da necessidade de inclusão de novos dados, publicados em setembro em artigo no *New England Journal of Medicine*, para manter o documento que está sendo elaborado o mais atualizado possível. Segundo o médico, o relatório apresenta dados mais avan-

dos sobre o emprego do “kit covid” no tratamento ambulatorial — cujo impacto é objetivo do documento que coordena.

“Uma das partes da análise foi concluída no final de agosto e os artigos apresentados em setembro não estariam contemplados. Contudo, mesmo que já tivéssemos finalizado, entregado à Conitec e a questão tivesse sido colocada em pauta, pensei que seria interessante considerar esse artigo para termos o documento mais atualizado possível. Liguei para a dra. Vania Canuto, presidente da Conitec, e pedi a retira-

da. Fiz um documento explicando o motivo”, justificou.

Carvalho disse que o trabalho na comissão técnica do Ministério da Saúde é puramente técnico, sem interferência política. “Nosso posicionamento é técnico e não está para ser usado como político. Mesmo que vá ser usado nesse sentido, nossa posição é oferecer uma melhor opção de tratamento para a população”, disse.

Ao ser questionado sobre prescrição de cloroquina, ivermectina e azitromicina — medicamentos que compõem o kit covid — a seus pacientes, Carvalho afirmou que jamais recomendou tais fármacos. “Nunca prescrevi até hoje cloroquina e hidroxiclóricoquina. Como médico, nunca utilizei essa medicação. Porém, isso não significa que não possa haver indicação de medicação no documento que estamos elaborando. Se um ou outro médico quiser colocar a indicação, se for votado pela maioria, eu, como coordenador do estudo, levarei para o documento final”, explicou. O médico foi convocado para depor na CPI no lugar do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.